



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2017

Ata n.º 41

Aos catorze dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dezassete, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de cinco de Setembro e aditamento de oito de Setembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

PONTO DOIS: Aprovação das atas das sessões de 18-05-2017 e 25-05-2017;-----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Procedimento Público para Prestação de Serviços de Certificação Legal de Contas do Município de Albufeira;-----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Relatório sobre a Informação Económica Financeira a 31 de Dezembro de 2016; -----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Aquisição de Serviços de Medicina do Trabalho, prestados nominalmente por Profissional Habilitado;-----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para fornecimento de peças e acessórios para viaturas das marcas Ford e Land Rover, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 40.000€ + Iva; -

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para fornecimento de Peças, incluindo serviços de reparação e manutenção de equipamentos industriais de cozinha das cantinas escolares do município de Albufeira, até ao limite de 265.000,00 Euros, acrescido de IVA;-----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Abertura de Concurso Público para a execução de pinturas no pavimento do município de Albufeira -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Abertura de Concurso Público para "Empreitada para a execução de passadeiras em calçada/pavê no concelho de Albufeira"; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 6.ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2017-2020; -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 6.ª Revisão do Orçamento para o ano 2017, incluindo a 5.ª alteração ao Mapa de Pessoal; --

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para Fornecimento e Manutenção de Equipamento de Segurança Contra Incêndios para Edifícios e Viaturas, até ao limite de 38.500,00 + IVA; -----



PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para Fornecimento de Peças e Acessórios para viaturas das marcas Honda, Iveco, Opel, Fiat e UMM, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 84.000,00Euros + IVA;-----

PONTO CATROZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para o Aluguer de Máquinas e Viaturas com Operador ou Condutor, até ao limite de 149.000,00 Euros + IVA;-----

PONTO QUINZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de Candidatura à Linha de Apoio ao Turismo Acessível (Turismo e Portugal) - Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira Acessível;-----

PONTO DEZASSEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de Candidatura à Linha de Apoio à Disponibilização de Redes WI-FI (Turismo de Portugal) - Albufeira Online;-----

PONTO DEZASSETTE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de dissolução da ANAS - Associação de Municípios do Algarve e Huelva;-----

PONTO DEZOITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público - "Empreitada para aumento de eficiência energética na rede de iluminação pública do concelho de Albufeira";-----

PONTO DEZANOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para a "Empreitada de ampliação do mercado municipal da Guia";-----

PONTO VINTE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para "Empreitada para conclusão da Condução Adutora, Reservatório dos Brejos/Reservatório do Malpique"-----

PONTO VINTE E UM: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para "Empreitada de execução da Estação Elevatória da Praça dos Pescadores e infraestruturas associadas"-----

PONTO VINTE E DOIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Fornecimento de Iluminação Decorativa de Natal, em regime de aluguer;-----

PONTO VINTE E TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para a execução do Lar, Creche e Centro de Dia dos Olhos de Água;-

PONTO VINTE E QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta relativa à constituição de direito de superfície a favor da Associação "MARTRAIN CRL" respeitante aos prédios, propriedade do município, que pertenciam ao acervo de bens que integrou a massa falida da "Faceal" para a instalação de um centro; -----



PONTO VINTE E CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para aquisição de Licenciamento Anti - Vírus - Renovação por 3 anos (Karspersky);-----

PONTO VINTE E SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para celebração de contrato de serviços de Helpdesk para SGD, E-Atendimento e Intranet;-----

PONTO VINTE E SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para aquisição de licenciamento do Sistema de Gestão Documental - EdocLink;-----

PONTO VINTE E OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para aquisição de serviços de Consultadoria na área financeira (SNC-AP e ERP Financeiro AIRC);-----

PONTO VINTE E NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Ambiental da Empreitada para "Execução da Estação Elevatória da Praça dos Pescadores e Infraestruturas associadas";-----

PONTO TRINTA: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para aquisição de serviços no âmbito de um programa de formação e apoio familiar (PFAF) e de um programa de formação para os técnicos do município de Albufeira que implementarão o PFAF;-----

PONTO TRINTA E UM: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para aquisição de serviços de publicidade para colocação da imagem institucional do município de Albufeira nos materiais de comunicação da Equipa de Basquetebol Sénior masculina do Imortal Basket Club, no decorrer do Campeonato Nacional da Proliga - Época 2017-2018;-----

PONTO TRINTA E DOIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de abertura do procedimento e período de candidatura para atribuição de bolsas de estudo do ensino superior, para o ano letivo 2017/2018;-----

PONTO TRINTA E TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Protocolo de parceria com a Associação para o Planeamento da Família - Delegação Regional do Algarve;-----

PONTO TRINTA E QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do licenciamento da Linha Aérea 150 KV Tunes-Estoi;-----



PONTO TRINTA E CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da alteração do Plano de Urbanização da Cidade de Albufeira;-----

PONTO TRINTA E SEIS: Apreciação e deliberação, da Moção apresentada pelo PS, com o título "Pela Dignificação das Assembleias Municipais".-----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), José Geraudes de Pereira Simões (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD) Fernando José Rocha Cabrita (Membro suplente PS), Cândido Augusto Marques Reigado (CDU), Adriano Duarte de Horta Nogueira Ferrão (PSD), Domingos Manuel Martins Coelho (PS), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Carlos Alberto dos Santos Fernandes (PS), Mário Samuel Raimundo Gaspar (VIVA), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), João Hélder Grade Cabrita (Membro suplente PS), José Joaquim do Carmo Pimenta (CDU), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Ivânia Correia Mascarenhas (VIVA), Luís Matias Afonso (CDS), bem como os Presidentes das Juntas de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório, da Guia, Joaquim Dias, de Paderne, Miguel Coelho e a Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Indaleta Cabrita.-----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros Vera Simões, Ana Pereira e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Fernando Cabrita, João Cabrita e Indaleta Cabrita.- Registou-se, ainda, a presença do Presidente da Câmara, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, do Vice-Presidente José Carlos Rolo, e dos Vereadores Fernando Anastácio, Ana Vidigal e Rogério Neto.-----

Havendo quórum (**vinte e quatro presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão: -----

Presidente da Assembleia: "Antes de darmos início aos trabalhos vamos fazer a homenagem a alguns antigos Membros da Assembleia Municipal que não puderam estar presentes na Sessão de Homenagem."-----

Foram chamados ao palco os antigos Membros para receber os Colares de Honra."-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Suzel Pimenta: "Boa noite. A minha questão é dirigida ao Presidente da Câmara. O Senhor Presidente não gosta de ver fotografias de lixo nas redes sociais, e com toda a razão: dá muito mau aspeto à cidade. Mas qual é a solução quando alguém telefona para a empresa de recolha de monstros e respondem que temos de esperar, que há pessoas que estão à espera há mais de quinze dias. Isto passou-se em treze de Julho e ainda hoje continuam os respetivos monstros à entrada da casa da pessoa que telefonou, sem serem recolhidos. Qual é a solução? Não podemos meter ao pé do contentor do lixo, e acho mal que o façam, mas não vejo que as pessoas tenham outra solução."-----



Presidente da Câmara: "Estou a tomar conhecimento dessa situação agora. Essa pessoa não apresentou nenhuma reclamação na Câmara, seguramente, porque estou a tomar conhecimento agora dessa situação. Não tenho resposta. Se me puder dar no final o nome dessa pessoa e a direção para tentar saber porque é que ainda não o fizeram, e a solução terá de ser imediata."-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Cândido Reigado: "Quero colocar três questões: uma é sobre a resolução, ou seja, eu gostava de perguntar para quando a repavimentação do caminho Vale Carro, em Olhos de Água. Outra questão é: para quando a construção da rotunda também nos Olhos de Água? Foi dito que era preciso a compra de um pedaço de terreno para ficar em condições. Nessa impossibilidade, acho que podiam proceder à verificação e modificação dos semáforos que lá estão instalados, porque quem sai dos Olhos de Água no sentido do Roja Pé, aí tudo bem: estão os semáforos para os automobilistas, está um de cada lado para os peões, mas do outro lado, quem vem em sentido contrário, estão semáforos para os automobilistas, está uma passadeira sem qualquer sinal luminoso para os peões. Ora, as pessoas metem-se à passadeira, os automobilistas têm o sinal verde e é sempre um problema. Acho que devia haver alteração e haver um sinal de cada lado também para os peões. Outra questão é: antes da Praceta dos Olhos de Água, quando vamos daqui para lá, está o caminho da Zefa, a seguir está o placard do lado esquerdo, creio que do PSD, mas à parte de trás estão dois montes de lixo de cada lado há já bastante tempo e não são removidos. São essas três questões que eu queria deixar aqui."-----

Carlos Fernandes: "Há cerca de dois anos, numa das Assembleias chamei a atenção para um sumidouro de águas pluviais no topo da escada rolante de Albufeira que se encontrava, já na altura, entupido. Alguns meses mais tarde, encontrei o Vereador Rogério, por acaso, não sendo do pelouro dele, mas ele teve logo a preocupação de ligar para uma senhora técnica dessa área, que parece que se prontificou a mandar lá alguém. Passado todo este tempo aquele sumidouro continua exatamente como estava: completamente entupido. Parece-me que aquilo é daquelas situações de fácil resolução, e que no dia seguinte à Assembleia, se houvesse vontade, estava logo limpo. Não sou técnico mas, se calhar, não estaria muito longe da verdade, se dissesse que algumas das avarias daquelas escadas rolantes poderão ter a ver com a água que não entra nesse sumidouro, vai por ali abaixo e vai avariar as escadas. Portanto, como julgo que o Senhor Presidente, normalmente, toma nota daquilo que nós aqui falamos, penso que é uma situação que deveria estar já resolvida."-----

Domingos Coelho: "Fui eleito para representar a Assembleia na Comissão de Toponímia e gostava de reportar um pouco o que foi essa comissão. Fizemos onze reuniões, foram atribuídos cento e cinco topónimos, um terço dos quais propostos pelos Municípios, o que penso que é de assinalar, e julgo que a comissão desempenhou o seu papel de uma forma correta e eficiente, recuperando muito do trabalho que vinha de trás e tanto quanto sei, não deixou nada por fazer. Já agora reportar também que fui eleito para a comissão do



PDM e, até hoje, nunca fui convocado, ninguém me disse nada. Julgo talvez porque o Plano do PDM está um pouco em banho-maria. Já levantei essa questão à mesa, nunca fui convocado e até hoje, ninguém me informou."-----

Francisco Guerreiro: "Eu estive aqui numa rua, tenho estado várias vezes aqui numa rua que vai para a Escola Francisco Cabrita e há lá muitas baratas. Não sei se tem sido feita a desinfestação para as baratas mas há uma coisa que eu digo: vejo-as na estrada e agradecia que verificassem a situação. No outro dia levantei aqui uma situação: no Parque da Alfarrobeira vi andar lá um indivíduo com a coisa... e isto continua. Não sei se foi feita alguma coisa nesse sentido, se não, mas acho que devem tomar conta dessa situação porque isto é complicado. Os miúdos andam lá a brincar e eu fui lá de propósito só para ver. São as duas coisas que eu tenho para dizer."-----

José Pimenta: "Era minha intenção não falar nesta última reunião. Penso que há determinadas coisas que este executivo já não vai executar mas de qualquer maneira, depois de ver a ordem de trabalhos e verificar uma carta recebida, não posso deixar de intervir. Senhor Presidente, todos nós, Membros da Assembleia Municipal, recebemos uma carta de Maria Antonieta Rochinha Costa. Esta senhora vive numa casa arrendada que pertence à Câmara Municipal de Albufeira e pediu para continuar nessa casa. Há aqui uma resposta a esta senhora por parte da Câmara Municipal. Da minha parte, e lendo esta carta penso que a Câmara Municipal não é um tribunal e não gostei nada de ver esta carta - é uma situação que não compreendo. Posso ler para quem não leu ainda. Lê o documento. (Doc. 1, anexo a esta ata)"-----

José Pimenta: "Como disse anteriormente isto não é um Tribunal. A Câmara, no meu ponto de vista, deve apoiar, mas eu gostaria de saber, da parte do Presidente, qual é a situação porque nós não temos conhecimento. A Câmara pode ter toda a razão mas gostaríamos de saber o que se passa com esta senhora. Ela dá a situação de que vive nessa casa desde mil novecentos e setenta, tem setenta anos, já os pais estavam lá, gostaria que o Senhor Presidente esclarecesse, a mim e a toda esta Assembleia, o que é que se passou e porquê este despejo. A segunda questão é: depois de ver a ordem de trabalhos... É a situação do direito de superfície a favor da "Martrain". Penso que estamos de acordo, não há inconveniente absolutamente nenhum, só que vai ser entregue para requalificação um espaço de quatro hectares, penso que é isso. E depois fica a Faceal - a escola - e todo aquele envolvente, e depois fica a parte de trás. E já colocámos esta questão aqui: O que é que vai ser feito? O que é que vai acontecer a essas pessoas? É um caso que penso que é de resolução, mas que como eu disse, essa situação até possivelmente não passa. Mas, Senhor Presidente, isto já vem de trás, esta situação já vem de trás e podia já ser resolvida. Como? Não sei. O Senhor Presidente dirá em relação à habitação. Depois gostaria, em meu nome e em nome da CDU, de agradecer a disponibilidade e a amabilidade tanto da Carla, com estes meses que esteve a trabalhar connosco, e da Luísa, de volta há três meses. Agradecer tuda a sua disponibilidade em



relação à CDU e penso que em relação também aos outros Grupos Parlamentares, da nossa parte um "Muito Obrigado!"-----

Presidente da Câmara: "Em primeiro lugar gostaria de saudar todos aqueles que hoje aqui foram homenageados e dizer que é com muito orgulho que os vejo aqui. Também uma palavra de gratidão por todo o trabalho que fizeram, em prol da comunidade e em prol desta Assembleia Municipal. É, de facto, uma honra porque é muito mais cómodo ficarmos em casa. E desde já faço uma saudação à Assembleia Municipal, a todos os seus Membros, porque é muito mais cómodo ficarmos em casa a estar aqui à noite, discutindo, debatendo, todos de boa-fé, em prol do concelho de Albufeira. É, de facto, algo que tenho de saudar e aproveitar este momento que estamos a saudar ex- Membros da Assembleia Municipal para fazer uma saudação extensível aos atuais membros da Assembleia Municipal, é de facto uma honra. Eu fiz muitos anos parte da Assembleia Municipal e reconheço que, em todos os seus Membros, que eu conheci ao longo dos anos, o mérito de não se quedarem por só pensar em si, pensarem no interesse comum, nos outros e prestarem um serviço público, que é um serviço público de grande interesse, no poder local e na nossa democracia. A primeira palavra é para os membros que acabaram de ser saudados e para a Assembleia Municipal e aproveitar também para agradecer todo este período que tivemos durante este mandato. Passando à parte das questões colocadas, em relação à questão dos caminhos, vou falar em traço genérico, que neste momento não tenho a sequência na minha cabeça, dos asfaltamentos, mas tenho para dizer que, neste momento temos cerca de treze milhões e quinhentos mil euros de caminhos contratados. Estão muitos a ser feitos, outros irão continuar a ser feitos, outros serão feitos durante este ano e até no próximo ano. A noção que existe e a disponibilidade financeira que existe é para fazer o melhoramento de todos os caminhos que existem no concelho. Portanto, não podemos é fazer todos ao mesmo tempo, não conseguimos. Uns já foram feitos, outros estão a ser feitos e outros irão ser feitos mais tarde e esse, seguramente, também será intervencionado. Quanto à rotunda dos Olhos de Água, também há intenção... Não estou cem por cento por dentro desse processo mas sei que há intenção séria e há projeto para ser executado no sentido de que essa rotunda seja uma realidade, porque, de facto, aquilo que foi apontado é verdade. Todos nós temos conhecimento dos constrangimentos daquele entroncamento e há que desanuviar e dar melhores condições de circulação, de celeridade e de segurança. Do caminho da Zefa, tomei nota. Por acaso passei lá hoje e não reparei nesses montes de lixo. Amanhã irei dar nota aos serviços competentes para irem ver essa situação.-----
Quanto ao sumidouro, agradeço a referência e, por acaso, este já mandei para os serviços. É uma questão que é importante. Já dei instruções no sentido de procederem à limpeza dos sumidouros, de procederem ao desentupimento do caneiro da parte do pontão, onde ao longo do verão foi acumulando areia e para as primeiras chuvas temos de ter aquilo desimpedido porque senão há com certeza logo problemas. Agradeço a informação, mas já está nos serviços.-----



Em relação ao PDM, o PDM está a avançar. Naturalmente que esta Assembleia será o órgão decisor e, naturalmente, que terá que fazer parte da comissão. Mas neste momento estamos em trabalho ainda e quando tiverem já matéria de discussão para esta Assembleia, com certeza que vai ter muito debate, vai ter debate público. Aliás, fizeram-se sessões públicas mesmo para que as pessoas participassem o mais possível, e esta Assembleia vai ser o órgão decisor. Já não será esta, será a próxima. Naturalmente que faz todo o sentido a existência de uma comissão, de debate, mas quando a questão já estiver em sede de, pelo menos, uma proposta, que seja para debate deste órgão, que é o órgão que vai tomar a palavra final. Não está em banho-maria, está em andamento e estão a trabalhar severamente nisso.-----

Quanto às baratas, isso tem que ser tratado, sem dúvida. Há um programa de desinfestação, que vai sendo feito. O que vai acontecendo é que elas levam algum tempo a morrer, os produtos utilizados não são muito tóxicos, são os chamados amigos do ambiente, mas é um programa que está a ser realizado.-----

A questão do parque da Alfarrobeira é uma questão de polícia. Não vejo mal nenhum que me esteja a comunicar mas deve ser comunicado é à G.N.R. Eu poderei fazê-lo, com certeza, mas qualquer cidadão que vê um fulano nessa triste figura, ainda por cima numa zona onde há crianças, aí já deixa de ser um crime semipúblico e já passa a ser um crime público, o chamado atentado ao pudor. Eu irei dar conhecimento à G.N.R. daquilo que aqui foi dito e pedir que vão lá para ver se esse individuo é punido, porque isso não se faz, e ao pé de crianças."-----

Francisco Guerreiro: "Uma coisa é eu telefonar para a G.N.R.: tenho de deixar a minha identificação e depois tenho de andar enrolado com uma coisa que, no fundo também me compete, mas não me compete. É só nesse sentido, porque vou arranjar uma carga de trabalhos com um individuo. Portanto, se calhar, é mais fácil a Câmara fazer esse trabalho do que eu. É só nesse sentido."-----

Presidente da Câmara: "Temos, em Albufeira, alguns casos de fulanos que andam mal vestidos e em que o crime tem natureza semipública e se nós participarmos, ou comunicarmos à G.N.R. - porque para poder ser crime tem de haver participação - aí o participante vai ter um enredo. Neste caso, dizendo que está em frente de crianças o crime já é público. A G.N.R. tem a obrigação de intervir e levar ao tribunal. Aí a pessoa que faz a denúncia já não terá chatices nenhuma, nem tem de se identificar, e a GNR precisa de atuar, ou seja, há uma diferença em termos de Lei.-----

Quanto à questão levantada pelo senhor Pimenta, eu também tomei conhecimento dessa situação e também li a carta. Essa carta não foi assinada por mim, pois não? Eu tomei conhecimento porque a senhora veio ao atendimento com essa carta. Isso é uma questão dos serviços, que vão no sentido da Lei. O que sucede nessa situação, se tenho presente, é o seguinte: havia um casal, os pais dessa senhora, em que o arrendamento estava feito em nome do pai; o pai faleceu e o arrendamento transmitiu-se à mãe. Agora a mãe faleceu e o que a Lei determina é que não há segunda transmissão. Portanto, isto é uma das



inovações de Lei. É chocante, eu próprio fiquei chocado, e pedi que os serviços reanalisassem, porque é a Lei, que temos de cumprir. Se for nesta linha que acabei de referir, a solução é que a senhora terá de concorrer em pé de igualdade com outras pessoas, havendo concurso. Estou atento à situação, penso que ninguém deverá por a senhora na rua, desta forma, ou pelo menos tentar encontrar uma solução. É o que penso sobre esta matéria mas não sou eu que faço as Leis. Sou obrigado sempre a cumprir a Lei. No caso em concreto, fiquei sensibilizado para a questão porque não faz muito sentido que isto aconteça assim. Há uma alteração de Lei, que não me recordo quando foi, porque antes havia transmissão sucessiva desde que houvesse comunhão de vida e habitação. Há uns anos houve alteração da Lei no sentido de não poder haver segundas transmissões. De facto, não estou de acordo, mas é a Lei. É chocante e, por isso, pedi para os serviços reanalisarem, em termos jurídicos a questão. Quanto à questão da "Faceal", que o senhor levantou, e bem, temos a questão da "Martrain" mas temos lá as pessoas da "Faceal". Penso que, na altura, o senhor não fazia parte da Assembleia Municipal mas eu recordo-me perfeitamente que uma das questões que se levantou, e que determinou até aquela compra, foi precisamente a proteção dos trabalhadores da "Faceal" que lá viviam. Esta foi uma das razões, está em ata da Assembleia Municipal - eu na altura era presidente da Assembleia Municipal - e, portanto, essas pessoas serão protegidas. Terá que haver uma intervenção no sentido de melhorar as suas condições de vida porque há ali casas que não têm condições para as pessoas lá viverem. A intenção que existe é de melhorar as condições de habitabilidade dessas pessoas que lá vivem."-
Presidente da Assembleia: "Gostaria só de dizer ao professor Domingos que nós solicitámos informação à Câmara Municipal sobre a comissão do PDM, que nunca reuniu e, por isso, nunca foi convocado, e estou em crer que a Carla também entrou em contacto."-----

Mário Gaspar: "O Presidente, numa entrevista recente que deu à rádio solar, quando questionado sobre a problemática do lixo, disse que a quantidade em termos de toneladas aumentou em Albufeira. Queria perguntar se o número de recolhas também aumentou, porque eu associo o aumento de toneladas ao aumento de visitantes que temos tido de ano para ano, já a gestão das recolhas deixa-me algumas dúvidas, porque em várias ruas de Albufeira o que se assiste é que são feitas recolhas diárias, mas, por exemplo, na rua onde moro, na rua do Atlântico, por volta das duas ou três da tarde, os três contentores que a rua tem estão completamente cheios. A partir daí nos meses fortes o lixo é colocado fora dos contentores. Assim, aparecem as tais fotografias no Facebook, que ninguém gosta de ver, mas a verdade é que são reais. O que gostaria de perguntar, ou sugerir, é que aumentasse o número de recolhas, porque há diversas ruas do concelho em que uma recolha por dia não é suficiente."-----

Presidente da Câmara: "Isso tem de ser tudo reequacionado. Acho que não há, digamos, uma desculpa para o facto de o serviço não estar a funcionar a cem por cento no sentido de satisfazer aquilo que deve ser correto, no sentido de estarmos todos satisfeitos com



a questão, e daí haver algumas vozes e alguns sentimentos de que a coisa não corre bem. Quando disse isso, disse no sentido de que também essa questão se coloca porque há um aumento substancial de pessoas em Albufeira e um aumento de tonelagem de lixo recolhido. Nunca manifestei estar satisfeito com a questão. Estou satisfeito que estejam mais pessoas em Albufeira, com isso estou, mas não estou satisfeito com a questão do serviço, no sentido de que está tudo bem. Há que associar, e isso foi algo que fui constatando, e constatei várias vezes, situações onde vi lixo ao lado e vi um contentor cheio, o do lado semicheio e o terceiro vazio. Como verifiquei também, no caso de caixas de papelão em zonas de restauração, eles deviam de ser os primeiros a ter mais cuidado com a sua própria casa, que é Albufeira: as caixas estavam jogadas ao pé dos contentores do lixo, inteiras, sem se darem ao trabalho de as espalmar, e o "Papelão" estava lá vazio. Vi isso em Albufeira, na Oura, na Guia, e não preciso que ninguém me venha dizer porque eu fui verificar. Também vi outros que estavam cheios, como acabou de dizer, e, portanto, havia deficiência da própria empresa - verifiquei as duas situações. Isto tem de ser tudo revisto e tem de haver, ao mesmo tempo, uma campanha de sensibilização para que as pessoas cuidem melhor da sua casa porque há muita falta de civismo. Não estou a desculpar a empresa mas também quero deixar uma nota de uma falta de civismo muito grande que verifiquei, com lixo jogado para o chão e muitas vezes por quem devia ter mais cuidado com a sua própria casa, que é Albufeira."-----

Domingos Coelho: "Gostava de levantar uma questão que tem a ver com a limpeza dos terrenos cujos proprietários não fazem essa limpeza. Já é o terceiro ano que levanto a situação de que o meu vizinho não limpa o terreno. Fiz uma participação à Câmara, as coisas andaram para trás e para a frente e a limpeza não se fez. No segundo ano, idem e depois decidi eu próprio invadir o terreno alheio e proceder a essa limpeza. Este ano voltei a fazê-lo: contactei a GNR, que não me adiantou muito (disse que não tinha acesso à informação do proprietário) e os serviços da Câmara parece que já contactaram o proprietário mas não houve resposta. Penso que depois foi para o jurídico que, tanto quanto sei, ainda não tomou uma decisão. A questão que coloco é uma questão que se passa em muitas situações e parece que são questões sem grande importância, mas depois quando acontece uma tragédia, um incêndio, toda a gente diz que os terrenos não foram limpos e que deviam ter sido limpos. No caso que estou a falar, a coisa já esteve para acontecer, deflagrou um pequeno fogo na direção da minha casa, mas foi logo apagado. A questão é que tem de haver mecanismos para aligeirar e tornar célere esta questão de limpeza dos terrenos: ou o proprietário faz, ou a Câmara intervém, ou há outro mecanismo, senão, enquanto se trata de papel para um lado e papel para outro, pode vir um fogo. Parece que a Lei facilita toda essa atuação."-----

João Cabrita: "Gostaria de chamar a atenção para as condições deploráveis do caminho de acesso à praia do Barranco das Beralhucas. A água corre o ano inteiro, a Vereadora Ana Vidigal sabe da situação, já estive lá em baixo a ver, o Eng. Batalha, Diretor dos serviços, também sabe da situação. O caso é que nada tem sido feito em relação àquilo.



O caminho está em muito más condições, cheio de buracos. Inclusivamente às vezes até a pé é difícil passar, e passaram-se meses e meses e nós somos chamados de capital do turismo. Era bom que alguém olhasse para a situação.”-----

Presidente da Câmara: “Tomei nota das duas questões e irei ver o que se passa.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos Membros, para consulta, no Gabinete da Assembleia Municipal.-----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros: -----

José Pimenta: “Da leitura da informação do Senhor Presidente, chamo a atenção, para além dos meses anteriores, da situação do saldo de setenta e cinco milhões de euros. As obras deviam ter sido efetuadas mais cedo. Há situações de acessibilidade que, eventualmente, deviam ter sido feitas mais cedo. Depois, as situações dos espetáculos: há valores aqui que são muito altos. Sabemos que é importante termos eventos mas também é importante que, na parte mais morta, começando em Outubro até Março, a Câmara tenha em atenção a necessidade de trazer mais visitantes para Albufeira. Em relação à disponibilidade da Câmara sobre os valores, a dívida são valores baixos. É só uma constatação da situação.”-----

Presidente da Câmara: “O saldo é um saldo bom. Nós fomos mais um ano considerados um bom município em gestão financeira e as obras estão a começar. Tem de haver projetos, tem de haver concursos, tem de haver a parte técnica toda a funcionar. Isso não é uma questão política, é uma questão técnica. Os nossos técnicos têm a capacidade que têm. Não sei se repararam que já temos para lançar o concurso do Lar da Terceira Idade dos Olhos de Água. Esse processo iniciou-se em simultâneo com o das Fontainhas e até uma associação estava em sede de projeto. Ambos os projetos estavam feitos mas a segurança social exigiu alterações a ambos. Um caso foi tratado pela Câmara (o dos Olhos de Água) e o outro caso foi tratado pela “Nuclearve” e saiu primeiro o da Câmara. São questões que parecem mais fáceis do que são. Por exemplo, há já algum tempo que estamos a labutar com o Plano de Drenagem de Albufeira e Lisboa, que tem um corpo técnico incomparavelmente superior ao nosso, ainda não conseguiu lançar o plano de



drenagem de Lisboa, até agora, e começou antes de nós. Está em fase mais avançada do que o nosso, é certo, mas ainda não está sequer iniciada a obra ou concretizado o concurso. Estive recentemente com o professor Saldanha Matos. É também o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, a Universidade do Algarve, a Agência Portuguesa do Ambiente é o município de Albufeira, estamos todos envolvidos neste processo. É um processo que queremos fazer o mais rápido possível. Acho que, nesta Assembleia, o sentimento unanime é de que se faça o mais rápido possível porque não sabemos, com as alterações climáticas, o que pode vir aí e é bom estarmos preparados para isso. Mas ainda está na fase de se fazer as sondagens e estamos também na fase de fazer uma primeira aproximação da obra, que fará parte do Plano de Drenagem, que é a estação elevatória na praia dos pescadores. Já vai resolver um problema forte, que é o problema das marés: quando a maré está alta, vai-se conseguir bombar a água que vem da Rua Cândido dos Reis e da Avenida Vinte e Cinco de Abril para o mar sem que se dependa das marés. Portanto, estivemos até agora a trabalhar nisso, há todo um esforço técnico e não político. As coisas levam o seu tempo. Além disso, é toda uma complexidade na parte da contratação pública que é extremamente complexa e com necessidade de requisitos que são imensos para se lançar questões de obras complicadas. Portanto, é fácil dizer que queremos, é fácil determinar que se faça, mas depois as coisas têm um lado técnico. Quanto à questão de termos algum dinheiro, acho que isso é muito bom, pois temos muitos projetos para fazer, Albufeira tem muita necessidade de infraestruturas que nos fazem ainda bastante falta, e é bom que estejamos prevenidos para isso tudo. Quando se olha para este dinheiro parece muito, mas não chega, e é todo para ser bem destinado, desde: agarrarmos nesses lares que são necessários fazer, temos de aumentar a capacidade dos cuidados continuados, há muita coisa para fazer do ponto de vista social, de habitação social, estamos carentes de muita coisa, e eu garanto que este dinheiro é pouco.”-----

José Pimenta: “A questão que ponho aqui é que não teve a perceção, em dois mil e quinze, quando tinha vinte milhões, para avançar com obras. Não teve a perceção e reagiu, não agiu. É o nosso ponto de vista. Poderia ter começado as obras nessa altura e deixou para dois mil e dezasseis e dois mil e dezassete. Porquê?”-----

Presidente da Câmara: “É uma opinião, que eu respeito. Por exemplo, o Plano de Drenagem: desde há dois anos que eu queria que ele estivesse feito e ainda estamos em sede de projeto e nem sei quando é que vai estar pronto, penso que brevemente. Em relação a estes lares, também os projetos já estão prontos mas a segurança social não



aceitou e disse que tinham de ser adaptados à legislação atual (e estavam prontos há dois anos), e agora estão prontos para sair. Portanto não houve falta de perceção. Não aceito que diga isso. Enfim, tudo isto é política, mas não é verdade, as coisas é que levam muito tempo."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DOIS

Aprovação das atas das sessões de 27-04-2017, 18-05-2017 e 25-05-2017.-----

Presidente da Assembleia: "Por uma dificuldade técnica não conseguimos remeter em tempo a ata de 27-04-2017, pelo que essa não será votada."-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou as atas a votação.-----

VOTAÇÃO DA ATA DE 18-05-2017: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: dezanove (19): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

Não votaram: cinco (05): Rui Bernardo, Geraldês Simões, Luis Afonso, Fernando Cabrita e Indaleta Cabrita.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão de 18-05-2017. -----

VOTAÇÃO DA ATA DE 25-05-2017: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte (20): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de



Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

Não votaram: quatro (04): Rui Bernardo, Carlos Santos, Fernando Cabrita e Indaleta Cabrita.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão de 25-05-2017. -----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Procedimento Público para Prestação de Serviços de Certificação Legal de Contas do Município de Albufeira; O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldes Simões, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO QUATRO

Tomada de conhecimento do Relatório sobre a Informação Económica Financeira a 31 de Dezembro de 2016. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento.-----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Aquisição de Serviços de Medicina do Trabalho, prestados nominalmente por Profissional Habilitado. -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para fornecimento de peças e acessórios para viaturas das marcas Ford e Land Rover, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 40.000€ + Iva. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para fornecimento de Peças, incluindo serviços de reparação e manutenção de equipamentos industriais de cozinha das cantinas escolares do município de Albufeira, até ao limite de 265.000,00 Euros, acrescido de IVA. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Abertura de Concurso Público para a execução de pinturas no pavimento do município de Albufeira. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros:-----

José Pimenta: "Aqui refere-se ao município de Albufeira mas não refere aqui quais são as estradas e a pergunta que faço é: será que também são estradas nacionais? Porque o município de Albufeira tem estradas nacionais e estradas municipais."-----

Presidente da Câmara: "São só municipais. O município de Albufeira só tem estradas municipais, passam pelo município estradas nacionais, mas não são do município, são estradas nacionais. O senhor está a baralhar os conceitos: o conceito de município com o de concelho. O município é um órgão público que detém *juris imperium* sobre aquilo que lhe pertence, o Estado também tem cá as suas coisas."-----



Presidente da Assembleia: "A Câmara Municipal só tem poder de intervenção naquilo que são estradas municipais e caminhos municipais. De resto não pode intervir, ainda que sejam estradas que estejam dentro do concelho. E este é um concurso precisamente para a pintura de todas as estradas municipais."-----

José Pimenta: "A rotunda de Vale Paraíso penso que foi efetuada pela Câmara Municipal."-----

Presidente da Assembleia: "Foi, mais isso tem de haver um protocolo com as Estradas de Portugal, porque se não fosse assim, não tínhamos a rotunda."-----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstencões: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Abertura de Concurso Público para "Empreitada para a execução de passadeiras em calçada/pavê no concelho de Albufeira. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros: -----

Mário Gaspar: "Relativamente a este ponto, já muitas vezes me perguntei o que traz de positivo este tipo de passadeiras. Inicialmente ainda pensei que, em termos de manutenção, talvez seja melhor porque uma passadeira que tenha de ser pintada, normalmente, todos os anos tem de ser feito e uma passadeira em calçada, teoricamente, aguentaria mais, mas isso caiu por terra. Por exemplo, na passadeira junto às Finanças, no topo da Rua do MFA, três meses depois de ter sido feita foi toda



levantada e colocada novamente. Os "contras" que vejo, tempo de execução - esta passadeira, na parte de trás da Câmara, junto ao auditório, levou duas semanas a ser feita, com os constrangimentos que isso causa ao tráfego -, o preço - é mais caro -, a nível de conforto de automóveis não vejo nenhum, velocípedes ainda pior, pessoas também não vejo que seja muito positivo, pessoas com deficiências motoras - por acaso perguntei a uma pessoa que está numa cadeira de rodas se vê algo de positivo neste tipo de passadeiras, essa pessoa disse que provavelmente nunca se meteram na pele dele quando pensaram neste tipo de passadeiras. Não vejo nada de positivo neste tipo de passadeiras e gostava de perguntar o porquê de a Câmara adotar este tipo de solução, não vejo os "prós" e gostaria que me fizessem ver de outra perspetiva."-----

Presidente da Câmara: "Pegando no que disse, da pessoa na cadeira de rodas, a passadeira, em regra, tem uma delimitação e tem um corredor alcatroado. Portanto, só vai por cima do tracejado se quiser. Normalmente tem, dos dois lados, sempre um espaço em alcatrão liso, portanto, não estou a ver onde está a questão. A outra situação que refere, de qual é a utilidade: é precisamente de não termos de estar todos os anos a pintar, com os constrangimentos que isso traz ao trânsito, além do custo permanente e falta de mão-de-obra e os custos associados, designadamente, na interrupção do trânsito: em vez de se interromper uma vez, quando se faz, interrompe-se várias vezes e isso em Albufeira é extremamente difícil. Estou a lembrar-me de uma passadeira na minha rua, que é extremamente difícil de pintar porque vai ter que se interromper o trânsito completamente naquela rua para se conseguir fazer. A rua que está ao pé das escadinhas que dão acesso à estrada Frutuoso da Silva. Ali tem que se interromper o trânsito, senão não há hipótese nenhuma de pintar aquela passadeira. A razão da adoção, em muitos sítios, deste tipo de passadeiras, é precisamente evitar os constrangimentos que todos os anos têm de ser tomados, de trânsito, com as pinturas, além do custo associado a isso e a dificuldade de contratações, de procedimentos."-----

Mário Gaspar: "Há coisa de um mês, dois meses, quando saí do trabalho, já era por volta da uma da manhã, vi que estavam a pintar algumas passadeiras e reparei, no dia seguinte, que foram pintadas durante a noite uma série de passadeiras, sem haver constrangimentos nenhuns. E dei o exemplo desta passadeira junto à Câmara, em que foram precisas duas semanas para executar uma passadeira. Em termos de manutenção, passadas algumas semanas, basta chover um bocadinho e vejo a calçada a ceder toda. E é necessário novamente intervenção. Não consigo ver as vantagens e vou votar contra. Não sou apologista deste tipo de solução."-----



Francisco Guerreiro: "Há uns anos atrás falava-se e criticava-se a Câmara que não fazia passadeiras em calçada, que saía mais barato. Toda a gente se lembra disso e eu respeito a opinião do nosso colega, que eu, na altura, também discordei e hoje também continuo a discordar um pouco. Eu digo porquê: não porque se arranca e não se arranca, não é nada disso. Com a passadeira em calçada temos de meter algodão nos ouvidos porque é um barulho desgraçado. É nesse sentido que não vejo as passadeiras com bons olhos. Em termos de manutenção, eu passo em todo o lado e nunca vi passadeiras em calçada arrancadas."-----

Presidente da Câmara: "Há situações onde pode causar incómodo, com o ruído que causa, e também se está a adotar outra situação que é em pavê. Aí já se retira a questão do ruído, que é um dos inconvenientes, de facto."-----

Adriano Ferrão: "Só um pormenor: essa trepidação de que está a falar, da passadeira em pedra que provoca uma trepidação, essa trepidação é incómoda ao automobilista e, de alguma maneira, contribui para baixar a velocidade no trânsito na cidade. Porque as pessoas quando vêm a passadeira, normalmente, o automóvel não trava (para aquilo que deve ser travado antes da passadeira normal de tinta) e quando vê a de pedra tem uma tendência, quase psicológica, de abrandar. Para quem anda num veículo de duas rodas sabe perfeitamente que as tintas das passadeiras são um inimigo para o motociclista. E eu tenho quarenta anos de motociclismo e sei que ali é um sítio onde nós costumamos cair e que não convém travar ali."-----

Mário Gaspar: "Não tenho quarenta anos de mota, por exemplo, infelizmente não tenho uns pneus tão largos, mas faço ciclismo, e faço muitos quilómetros, e gostava de o convidar a passar com umas rodas bem fininhas sobre uma calçada molhada. Muitas vezes já estive em vias de cair. Quanto à questão do abrandamento, acredito que sim quando as passadeiras são em lomba. Quando não são em lomba, eu não vejo muitos automobilistas a baixarem a velocidade. Há por exemplo uma lomba, feita em calçada, na rotunda da carroça para a Guia. Essa não faz abrandar, essa destrói carros."-----
Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: um (01): Mário Gaspar. -----

Abstenções: uma (01): Ivânia Mascarenhas. -----

Votos a Favor: vinte e dois (22): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão,



Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos dez e onze e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 6.ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2017-2020. -----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 6.ª Revisão do Orçamento para o ano 2017, incluindo a 5.ª alteração ao Mapa de Pessoal. -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros: -----

José Pimenta: "Em relação a este ponto, o Orçamento diz praticamente respeito à entrada de pessoal nos serviços da Câmara, o que é de louvar. Em relação às Grandes Opções do Plano, não temos nada a apontar, tirando o caso da situação que temos defendido em relação à requisição dos serviços de aluguer de máquinas e viaturas."----

Francisco Oliveira: "Como temos tradição em intervir neste ponto, a tradição ainda se mantém. Relativamente a estas duas questões, também não temos nada a apontar no que diz respeito às propostas para a revisão do Orçamento. No entanto, o que temos aqui de referir é que se trata da sexta revisão do Orçamento. Fazendo uma abordagem não só técnica mas neste caso política, é a verificação de que o Orçamento muitas vezes é feito, se calhar, não com todo o rigor. Para nós termos aqui uma sexta revisão e ainda vamos em Setembro e, portanto, teremos mais uma ou duas Assembleias Municipais, demonstra que, de facto, há aqui uma gestão que não é previsível. Há pouco o senhor Pimenta falou, e muito bem, dizendo que não houve previsão relativamente a isto e, de facto, o que verificamos aqui é uma situação casuística: consoante vão sendo necessárias as situações, que não são planeadas nem projetadas, assim se faz uma revisão. Neste caso concreto, tem a ver, realmente, com o pessoal mas é demonstrativo, de facto, da falta de algum rigor e de previsão no que diz respeito ao Orçamento e as Grandes Opções do



Plano são opções para quatro anos, como sabemos. Parece-nos que há que ter mais em atenção quando se projeta e quando se planeia para que, efetivamente, não sermos sujeitos a uma revisão do Orçamento a cada Assembleia ordinária que temos.”-----

Presidente da Câmara: “Aquilo que se pretende são questões fundamentalmente de carácter técnico, questões de suprimimento de necessidades do município, necessidades que vamos sentindo e vamos podendo progredir nelas, designadamente na contratação de pessoal, que nos leva também a fazer este tipo de alterações. Há outras questões que se levantam e daí a razão de virem novamente à Assembleia Municipal, que têm a ver com o caso de projetos, que era suposto estarem concluídos até ao final deste ano e não vão estar. Projetam-se para o ano e, portanto, há essa necessidade de vir à Assembleia Municipal.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO DEZ: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

VOTAÇÃO PONTO ONZE: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----



A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para Fornecimento e Manutenção de Equipamento de Segurança Contra Incêndios para Edifícios e Viaturas, até ao limite de 38.500,00 + IVA. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para Fornecimento de Peças e Acessórios para viaturas das marcas Honda, Iveco, Opel, Fiat e UMM, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 84.000,00Euros + IVA. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão,



Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO CATORZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para o Aluguer de Máquinas e Viaturas com Operador ou Condutor, até ao limite de 149.000,00 Euros + IVA. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros: -----

Cândido Reigado: "Já não é a primeira vez que falamos sobre isto. Somos de opinião de que a Câmara Municipal, em vez de abrir concurso para aluguer de máquinas com condutor, podia contratar pessoal especializado e ir comprando as máquinas. Estive a ver a lista das máquinas necessárias e seria difícil comprar tudo de uma vez. Mas à semelhança daquilo que foi feito com a compra de carrinhas, carros, autocarros, etc., podia, faseadamente, o município ir comprando essas máquinas, e que pouparia dinheiro. Além de ser pessoal que iria ser contratado para esse serviço, sempre pouparia algum dinheiro ao município."-----

Presidente da Câmara: "Não discordo do senhor Reigado. A questão é que temos falta de operadores de máquinas, temos falta de motoristas e estamos a abrir concursos para isso. No penúltimo concurso de motoristas (que já está outro aberto) havia quatro lugares, concorreram dois e, quando chegámos à fase da negociação, um olhou para o ordenado e disse que não podia aceitar, e o outro senhor disse que ficava enquanto não arranjasse melhor. Ou seja, abrimos quatro lugares, apareceram dois e dos dois só um é que aceitou. Neste momento está novo concurso a decorrer para ver se vêm pessoas. Eu concordo com isso e gostava de ter cá as pessoas para poder fazer os serviços, e temos máquinas, não temos é operadores de máquinas. Temos alguns operadores de máquinas só que, muitas vezes, os serviços são tantos que o operador de máquinas não se pode repartir em dois ou três para poder fazer os serviços. A única razão é esta."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----



VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstencções: dois (02): Cândido Reigado, José Pimenta.-----

Votos a Favor: vinte e dois (22): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO QUINZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de Candidatura à Linha de Apoio ao Turismo Acessível (Turismo e Portugal) - Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira Acessível. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstencções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DEZASSEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de Candidatura à Linha de Apoio à Disponibilização de Redes WI-FI (Turismo de Portugal) - Albufeira Online. -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia.-----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos Contra: zero (00):-----

Abstenções: zero (00):-----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO DEZASETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de dissolução da ANAS - Associação de Municípios do Algarve e Huelva.-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia.-----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos Contra: zero (00):-----

Abstenções: zero (00):-----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO DEZOITO



Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público - "Empreitada para aumento de eficiência energética na rede de iluminação pública do concelho de Albufeira". -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DEZANOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para a "Empreitada de ampliação do mercado municipal da Guia". -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de



Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO VINTE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para "Empreitada para conclusão da Conduta Adutora, Reservatório dos Brejos/Reservatório do Malpique". -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO VINTE E UM

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para "Empreitada de execução da Estação Elevatória da Praça dos Pescadores e infraestruturas associadas". -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros: -----

Cândido Reigado: "Foi apresentado o Plano de Drenagem de Albufeira em que, além do túnel que está previsto começar perto do parque de campismo e irá desaguar próximo do porto de abrigo dos pescadores, acho que inclui também uma central de bombagem próximo da Praia dos Pescadores. Ao instalar esta estação elevatória evitará a tal central de bombagem que foi apresentada no projeto ou não? É que isto são quase um



milhão de euros que vão gastar nesta central. Gostávamos de saber se está já inserido naquele plano ou não.”-----

Presidente da Câmara: “Isto é uma parte do plano: esta é a parte que se estende à questão da Avenida Vinte e Cinco de Abril, da Rua Cândido dos Reis, essa zona mais baixa de Albufeira para onde vão todas as águas que não vão neste momento pelo túnel antigo. Temos um problema que o grande túnel não irá resolver, que é das águas de superfície: todas que vão parar à Rua Cândido dos Reis, independentemente das águas que possam vir da Ribeira de Albufeira. É uma questão separada, é uma questão que estava um bocado mal tratada pelas obras que estavam feitas no sentido de que, quando havia água que vinha pelo túnel, a dada altura desse escoamento de água, havia um tubo de ligação ao caneiro, supostamente para aliviar o túnel. Só que isso ia trazer o constrangimento de que, estando o caneiro cheio, em vez de as águas de superfície entrarem dentro do caneiro e serem escoadas, não só não entravam como ainda estavam a encher mais a Vinte e Cinco de Abril e a Cândido dos Reis com água que vinha do próprio túnel. Essas questões têm de ser separadas, tem de haver uma separação total entre o túnel existente e toda a zona do Largo Engenheiro Eduardo Pacheco até à Praça dos Pescadores. Toda essa zona da baixa tem de ser separada e ter o tratamento separado. Isto vai ser feito para permitir bombear todas essas águas de duas formas: a primeira é que vai agarrado ao pontão, mas agarrado ao teto, por baixo do pontão, ou seja, vencendo sempre o nível máximo das marés, nunca interferindo com isso; outro aspeto é que essa própria canalização irá permitir fazer autolimpeza do pontão, retirando de lá areia para fora. São as duas funções que foram explicadas que esta estação vai ter. E com as obras adjacentes, vai permitir retirar, naturalmente, da Cândido dos Reis e Vinte e Cinco de Abril toda a água de superfície que ali se vai depositar.”-----

Domingos Coelho: “A minha dúvida era que tipo de estação elevatória é esta, mas já percebi que é de águas pluviais. Fico com algumas dúvidas quando o Presidente diz que a conduta fica por debaixo do teto do túnel. Em tempos de mar agitado, o mar bate por cima e galga o túnel. Pode haver uma coincidência entre as cheias e a preia-mar com o mar batido. Julgo que a capacidade de escoamento dessa conduta seria melhor se fosse por cima do túnel e não por debaixo.”-----

Presidente da Câmara: “Não sou engenheiro, os técnicos saberão.”-----

Domingos Coelho: “Mas parece que um metro faz toda a diferença. Porque, se reparar, em dias de mar agitado, na preia-mar o mar passa por cima do túnel.”-----



Presidente da Câmara: "Mas não está a esse nível. Há ondas, há espuma mas o mar nunca passa por cima."-----

Domingos Coelho: "Na ponta passa. Mas os técnicos saberão. Por cima teria sempre maior capacidade de escoamento."-----

Presidente da Câmara: "Eu também penso assim, isso é logico, mas os técnicos é que sabem. Mas assim já não fazia a limpeza da areia que está lá de baixo, e também é muito importante essa limpeza. Tem as paredes, a areia vai entrando e chega a estar a um palmo do teto. Para tirar aquilo são horas, dias, para se tirar aquilo com jatos de alta pressão."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO VINTE E DOIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Fornecimento de Iluminação Decorativa de Natal, em regime de aluguer. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

José Pimenta: "No que diz respeito aos valores, em relação ao ano passado há um abaixamento. Pensamos que o valor é razoável - cento e doze mil euros. No ano passado foi cento e cinquenta mil. De qualquer maneira, verificamos que o município já conseguiu gastar, em iluminação de Natal, trezentos mil euros. Por isso é um valor que achamos razoável. Foi até numa altura em que o Presidente da Câmara era Presidente da Assembleia Municipal."-----



Presidente da Câmara: "Sabe que há sempre insatisfação das pessoas. Isto é curioso: se pomos é porque pomos, se não pomos é porque não pomos. E o que é engraçado é que recebo sempre reclamação dos que acham pouco. Dizem "Na minha rua não foi posto, chegou lá ao pé mas não chegou à minha rua". Ou é para Norte, ou é para Poente, ou é para Nascente, ou é no centro, ou é para Sul..."-----

Francisco Guerreiro: "Só queria perguntar: isto não tem um mapa para podermos ver qual é a parte que vai ser eletrificada? Paderne devia ser um pouco mais iluminada do que tem sido."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos **Membros da Assembleia**, o **Presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO VINTE E TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para a execução do Lar, Creche e Centro de Dia dos Olhos de Água. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos **Membros da Assembleia**. -----

Não havendo intervenções por parte dos **Membros da Assembleia**, o **Presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina



Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

Ausências: duas (02): Francisco Guerreiro e Carlos Santos. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

PONTO VINTE E QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta relativa à constituição de direito de superfície a favor da Associação "MARTRAIN CRL" respeitante aos prédios, propriedade do município, que pertenciam ao acervo de bens que integrou a massa falida da "Faceal" para a instalação de um centro. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Relativamente a esta questão, nós, na altura, quando foi avançada esta proposta, votámos favoravelmente e relativamente a esta também não temos grande dificuldade em votar favoravelmente. Mas queríamos fazer aqui um alerta: é que achamos que esta questão tem de ser devidamente elaborada, estudada, porque nós sabemos que existe o problema, como se falou há pouco, da habitação relativamente aos habitantes que lá estão e, também, de uma questão, quanto a nós fundamental: a questão ambiental. Já numa Assembleia Municipal tinha levantado esta questão: há uma zona que está contaminada, e temos conhecimento, e penso que pela apresentação que foi feita, muitos dos fundos virão de fundos comunitários e nós sabemos como a Comunidade Europeia é rigorosa no que diz respeito a financiar projetos que possam, eventualmente, trazer problemas ambientais. Não está em causa o direito de superfície, não está em causa a constituição e a proposta, no sentido de fazer andar este projeto, o que alertamos é que a Câmara siga, com rigor, toda esta situação e que tenha cuidado, porque na verdade poderemos estar aqui perante uma situação complexa relativamente a esta questão de descontaminação e do problema ambiental que sabemos que, normalmente, nestas circunstâncias, os custos são extremamente elevados. Portanto, é este o alerta que queremos fazer e, naturalmente, votamos favoravelmente porque entendemos que para Paderne é fundamental termos o Centro de Estudos que venha a funcionar em condições e que, de certa maneira, arraste população mais jovem e menos jovem para a



aldeia de Paderne, que agora ficou no mapa com as "Sete Maravilhas". Portanto, é só para realçar esta situação da questão ambiental."-----

Cândido Reigado: "Estamos de acordo. Vamos votar favoravelmente esta questão. Gostava de perguntar: para quando está previsto o início das obras, da instalação desta escola?"-----

Domingos Coelho: "Para completar o que disse o Francisco Oliveira, tenho sérias dúvidas, e gostava de não as ter, em relação à fidelidade do projeto enquanto escola, enquanto entidade, que, se não pretende lucros, pelo menos que não tenha prejuízo. Não estou a ver como é que se faz ali uma escola quando se tem de derrubar o que lá existe, ordenar o terreno, construir novas instalações e onde há população escolar suficiente para dar alguma capacidade de gerar algum dinheiro para que a escola possa funcionar. Depois há outra questão: também não vi o estudo sobre a saída para o mercado de trabalho. Sou da opinião que no município o emprego está assegurado, mas fazer umas instalações daquelas ao fim de cinco, dez, quinze, vinte anos, o mercado está saturado, penso eu. É o que podemos constatar com o decorrer das escolas profissionais. Portanto, tenho algumas dúvidas que gostava de não ter e esperamos que isto não seja um projeto como foi o Museu do Barrocal que, passados estes anos todos, está como está."-----

Presidente da Câmara: "Em primeiro lugar não se está a pensar deitar a baixo o que lá está e construir de novo. O que se está a pensar fazer é fazer a reabilitação do existente. Esse é o primeiro ponto. Quanto à área que vai ser intervencionada, os tais quatro hectares, na fase inicial, as questões que colocaram de natureza ambiental, nesta zona não se colocam. Há questões ambientais, na parte mais atrás, onde foram feitas as extrações de barro para fazer os tijolos. Aí sim, há problemas de recuperação ambiental que terão de ser feitos, mas é uma questão completamente separada desta. Mas no global é natural que tenha preocupações dessa natureza, compreendo perfeitamente e subescrevo que deve ser feita a recuperação ambiental. Quanto às pessoas que lá vivem, também é uma questão separada e já expliquei há pouco que são pessoas que até foram a razão para adquirirmos aquele terreno, na altura. Naturalmente que as suas condições de vida vão ser melhoradas, é a minha opinião sobre essa matéria. Há a parte da recuperação ambiental, há a parte da recuperação de melhores condições de vida para as pessoas que lá vivem e há a parte da regeneração urbana da parte de fábrica que está abandonada. Não vejo onde se pode perder aqui qualquer coisa. Quanto à dúvida, também aceito a dúvida, todos nós devemos ter dúvidas, faz parte da metodologia para chegar a conclusões positivas e concordo com a dúvida. Mas aqui é daqueles casos em que fiquei



bastante convencido, e estou a falar do que ouvi porque não tenho grandes conhecimentos na matéria mas estamos a falar de pessoas que estão ligadas à Escola de Navegação de Paço de Arcos, que sentem e sabem e conhecem as necessidades do mercado, e que nos mostraram e demonstraram, nas suas apresentações, que isto não é aquele tipo de curso para ser doutor ou engenheiro. Aqui é o curso para, efetivamente, conseguir trabalho - até nos projetaram questões de trabalho em pleno. Portanto, só não atingiria o pleno porque havia quem tirava o curso e depois optava por ficar em terra e não ir para o mar. Também não sou técnico dessas matérias e acreditei nos estudos que nos apresentaram, que nos falam de pleno emprego. Quanto à população, aquilo não se destina à população escolar de Paderne, nem de Albufeira, nem do Algarve, nem de Portugal. Aquilo é uma escola com uma vertente internacional. Naturalmente que estarão sempre em primeiro lugar os de Paderne, de Albufeira, do Algarve, de Lisboa, enfim, do país, mas a ideia também é trazer gente de fora. Porque este tipo de escola, com estes critérios de segurança, cursos de segurança para estar no mar, que é necessária em todas as vertentes do mar, há muito poucas por este mundo. Portanto, esta escola tem precisamente essa vertente. Penso que as pessoas que estão à frente nos estudos que apresentaram dão alguma garantia de credibilidade. Também não tenho muito interesse em estar a criar cursos de doutores para depois irem para outra coisa qualquer que não aquilo que tiraram, acho uma frustração. Portanto, acredito no projeto, acredito na parte da habitação, acredito também que há um armazém lá pelo qual a própria Universidade do Algarve já manifestou algum interesse, e eles estão a cooperar com o "Martrain", para se fazer aí uma escola. É um sonho, mas se não acreditarmos e ficarmos quietos, aquilo fica como está. Eu acredito mas não está nas nossas mãos. Mas vejo naquelas pessoas gente de boa-fé, com categoria, com capacidade e sapiência na matéria, e vejo também a Universidade do Algarve que dá algumas garantias de que até a própria Universidade do Algarve poderá vir, por arrasto, digamos, a estabelecer ali um polo. E espero que também seja um polo de criação de emprego para as pessoas que ali estudem. Tudo o que vejo ali é de sentimento positivo. Depois vai trazer, ao concelho de Albufeira, uma população estudantil, que não temos, e em Paderne, em particular, vai animar a economia daquela zona, ainda por cima com a juventude. Acho que é um projeto muito bonito e acredito mesmo neste projeto."-----

Francisco Guerreiro: "Só para reforçar o que o Presidente referiu: aquele espaço foi comprado mais no sentido de resolver o problema às pessoas. Na altura em que cortaram a luz, a Câmara levou uma série de meses a pagar um gerador para abastecer aquelas



peças. Por outro lado, aquilo não tinha abastecimento de água e a Câmara colocou o abastecimento de água. Depois foi pedido às pessoas para pedirem contador, exceto aquelas pessoas que ocuparam as casas clandestinamente. Aquilo foi comprado para salvaguardar os trabalhadores da "Faceal". Por outro lado, concordo com esta obra, com este projeto, pelo princípio de dar alguma continuidade àquilo, para meter aquilo a mexer. Claro que há muita coisa a fazer. O que mais me preocupa, neste momento, são aquelas poças que lá estão e tem que se fazer qualquer coisa porque o que está lá é um perigo eminente. É uma situação que tem de começar a ser vista assim que começarem lá a mexer."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO VINTE E CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para aquisição de Licenciamento Anti - Vírus - Renovação por 3 anos (Karspersky). -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão,



Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO VINTE E SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para celebração de contrato de serviços de Helpdesk para SGD, E-Atendimento e Intranet. O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO VINTE E SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para aquisição de licenciamento do Sistema de Gestão Documental - EdocLink. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----



Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldes Simões, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO VINTE E OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para aquisição de serviços de Consultadoria na área financeira (SNC-AP e ERP Financeiro AIRC). -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldes Simões, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO VINTE E NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Ambiental da Empreitada para "Execução da Estação Elevatória da Praça dos Pescadores e Infraestruturas associadas". -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----



Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldes Simões, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO TRINTA

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para aquisição de serviços no âmbito de um programa de formação e apoio familiar (PFAF) e de um programa de formação para os técnicos do município de Albufeira que implementarão o PFAF. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldes Simões, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO TRINTA E UM



Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para aquisição de serviços de publicidade para colocação da imagem institucional do município de Albufeira nos materiais de comunicação da Equipa de Basquetebol Sénior masculina do Imortal Basket Club, no decorrer do Campeonato Nacional da Proliga - Época 2017-2018. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO TRINTA E DOIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de abertura do procedimento e período de candidatura para atribuição de bolsas de estudo do ensino superior, para o ano letivo 2017/2018. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros: -----

José Pimenta: "Em relação a este ponto, penso que o regulamento devia ser mexido e devia dar-se possibilidades a mais alunos que têm boas notas de continuar os seus estudos. Sabemos que não podemos dar bolsas de estudo para fora, incluindo para o Algarve, e temos mais os alunos que têm bom aproveitamento, mas o que é certo é que há uma tabela e não se pode ir além dessa tabela. Acredito que os alunos devem ser sensibilizados porque os bons alunos que têm dificuldades no seu agregado familiar por



vezes até relaxam. Devia haver uma sensibilização a nível da escola e devia dar-se mais bolsas de estudo.”-----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO TRINTA E TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Protocolo de parceria com a Associação para o Planeamento da Família - Delegação Regional do Algarve. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO TRINTA E QUATRO



Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do licenciamento da Linha Aérea 150 KV Tunes-Estoi. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Cândido Reigado: "Esta linha foi licenciada pela Direção Regional de Energias e Geologias em dois mil e seis, foi construída pela REN no mesmo ano e foi licenciada, já nessa altura. Mas, na sequência de uma impugnação judicial, com sentença proferida no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, o processo de licença de estabelecimento para a citada linha foi considerado nulo. Além de que o traçado, como diz o documento, atravessa zonas de proteção de recursos naturais, zona agrícola condicionada, zona de uso agrícola e Várzea de Paderne. O que é que se terá passado concretamente, para essa linha ter sido licenciada em dois mil e seis, depois o Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé considerar nulo, e agora ter de ser a Câmara Municipal de Albufeira, neste caso, a fazer?"-----

José Pimenta: "Para complementar o que o meu camarada disse, tenho muitas dúvidas. Então vamos licenciar linha aérea Tunes-Estoi? O parecer diz que, em face do exposto na informação técnica, o traçado em causa pode ser considerado compatível com o PDM, caso a Assembleia Municipal venha a declarar "Inequívoco Interesse Público" para a infraestrutura proposta. Há qualquer coisa que está mal. Nós vamos dar licenciamento antes de fazermos aqui o "Interesse Público"? Não estamos a meter o carro à frente dos bois? Acho que este ponto devia ser retirado. Não vamos fazer um licenciamento antes de fazer o "Interesse Público"."-----

Presidente da Câmara: "Talvez o ponto não esteja bem perceptível na convocatória. Na Câmara Municipal, por unanimidade, votámos contra fazerem esta linha de alta tensão. Naturalmente que a competência final nestas matérias é sempre da Assembleia Municipal e a questão que se coloca aqui, independentemente do que está na convocatória (o ponto em si não está bem claro), é saber se a Assembleia Municipal concorda que esta linha, com a violação de instrumentos de gestão territorial e da "Rede Natura Dois Mil", passe por ali. Nós, na Câmara Municipal, entendemos que não. Votámos que não, o nosso parecer vai ser "não", e, pelo menos pelo que assisti em tempos, a Assembleia Municipal, na altura, também esteve solidária e não quis aceder a estas violações de PDM e violações de "Rede Natura", violações de toda a ordem e natureza. Não sabemos se vai passar perto de casas, se vai passar perto de escolas, se não vai, os senhores também



não sabem. O pedido não é instruído como deve de ser e, portanto, quando há pretensões, ainda por cima com empresas privadas, eu, na dúvida, estarei sempre do lado contrário. Acho que é um abuso e parece que ainda estão aqui maus hábitos de antigamente, que são: chegar, ver e vencer, e vocês têm de engolir. E eu não engulo e a Câmara Municipal também não engoliu. E ficaria muito satisfeito se a Assembleia Municipal também não engolisse, porque estes senhores virem aqui dizer que é como eles querem, nós dizemos que não. A ser feito no nosso território, no mínimo temos o direito, para tomarmos uma decisão consentânea (aqui no caso seria a Assembleia pronunciar-se segundo o parecer de Inequívoco Interesse Público)... Gostaria de saber se alguns dos senhores, com a matéria que têm aqui, acham que há "Inequívoco Interesse Público". Eu sentir-me-ia intelectualmente ofendido se alguém aqui se sentisse capaz, face à informação... Não quer dizer que não possa tirar essa conclusão mas tem de haver muito mais informação para poder chegar a essa conclusão. A pretensão que é feita, e da forma como é feita, penso que é abusiva de não nos considerarem suficientemente inteligentes para termos toda a informação para podermos decidir. E, portanto, acho que a decisão deve ser sempre negativa. É a minha opinião, é uma opinião individual, mas os senhores, com a vossa liberdade farão o que entenderem. Convém terem a noção do que a Câmara decidiu e os senhores terem o enquadramento do que está aqui em causa."-----

Presidente da Assembleia: "Recebemos o ofício por parte da Câmara Municipal ainda sem os documentos. E isso leva a que a Ordem de Trabalhos venha incompleta. Porque, de facto, vamos apreciar e deliberar, sob proposta da Câmara Municipal, não só a questão do licenciamento da linha aérea, porque é o que vem no assunto da Câmara Municipal, mas depois, diz o próprio ofício, sobre a "Declaração de Inequívoco Interesse Público" para a infraestrutura proposta. O assunto, do qual nos vem o ofício, aquele que depois é versado na Ordem de Trabalhos deveria, efetivamente dizer: "Sob proposta da Câmara Municipal, da declaração de "Inequívoco Interesse Público" para a infraestrutura proposta "licenciamento da linha aérea". Falta essa parte na identificação do ponto. Mas no próprio documento, no canto superior esquerdo, vem lá esta questão, que foi objeto de deliberação da Câmara Municipal. É o que está aí manuscrito. Como não tínhamos a deliberação, propriamente dita, da Câmara, versou-se sobre o ponto que vinha. Poderíamos estar na senda de retirar este ponto da Ordem de Trabalhos, mas acho que com esta correção, e arrisco-me aqui a dizer que não temos motivo para não deliberar hoje a favor da falta de "Interesse Público" desta infraestrutura e arrisco-me a colocar à vossa consideração a manutenção deste ponto, sendo certo que depois será corrigido



quando for o edital, que será, "Apreciação e deliberação, sobre proposta da Câmara Municipal, da falta de declaração de "Inequívoco Interesse Público" para a infraestrutura proposta - licenciamento da linha aérea Tunes-Estoi."-----

Cândido Reigado: "Essa linha não está construída?"-----

Presidente da Assembleia: "Não, a linha não existe."-----

Cândido Reigado: "Mas o documento diz que foi construída pela REN em dois mil e seis. A não ser que tivesse visto mal."-----

José Pimenta: "Admito que outras forças políticas tenham vereadores que tenham conhecimento deste caso. Suponhamos que não houvesse diálogo, que não houvesse pedidos de esclarecimentos, que não houvesse nada. Nós chegávamos aqui e, se calhar, votávamos a favor, eventualmente. Acho que deveria ser esclarecido à Assembleia Municipal a posição da Câmara Municipal."-----

Presidente da Câmara: "É isso que eu estou aqui a fazer, neste momento."-----

Presidente da Assembleia: "Os documentos são enviados aos Membros da Assembleia Municipal. Não estou em crer que algum Membro venha para esta Assembleia sem estar preparado e sem ler as deliberações. Faz parte destes quase quatro anos a cumplicidade para a boa execução dos trabalhos, e, nessa sequência de nós lermos a deliberação, diz: "Face ao exposto, o traçado em causa poderá vir a ser considerado compatível com o PDM caso a Assembleia Municipal venha a declarar "Inequívoco Interesse Público" para a infraestrutura proposta. O que nós aqui estamos a deliberar, e eu expliquei o porquê de vir assim - porque há assuntos que foram considerados urgentes pelos serviços - e por isso é que a Assembleia tem esta extensão, para não fazermos Assembleias Municipais no período eleitoral, por isso é que ela é assim tão extensa e veio antes dos pontos virem à Assembleia. A Carla e a Luísa não puderam fazer mais que remeter aos Membros da Assembleia a Ordem do Dia. É inequívoco que estaremos a deliberar sobre o "Interesse Público" da infraestrutura, desta ligação. Seja qual for a deliberação, será aprovar o "Interesse Público" ou recusar o "Interesse Público"."-----

Domingos Coelho: "A linha está construída ou não está construída? Não ficou bem claro se a linha já existe ou não."-----

Presidente da Assembleia: "Estou a ler um parágrafo que diz, "as causas invalidantes do licenciamento que foram consideradas julgadas procedentes pelo Tribunal dizem respeito a questões meramente formais e procedimentais, tendo sido desconsideradas todas as invocadas ilegalidades substanciais do licenciamento, designadamente a violação de planos de ordenamento do território e quaisquer outras injunções legais e



ambientais cuja verificação impossibilitasse, pelo menos sem o recurso a figuras de defesa do interesse público de ultima ratio ao dispor desta entidade, a legalização do traçado atualmente existente". O que é existente é o traçado, que nós, nesta Assembleia Municipal, chumbámos e que os municípios intentaram ação para a anulação desse traçado. Tanto quanto sei, a infraestrutura não está construída, o traçado é que está delimitado, por isso é que eles pedem licenciamento do traçado. E como o PDM não o prevê, só poderá ser aprovado, caso nós nesta Assembleia consideremos que é de "Interesse Público" do município a existência deste traçado, que eles propõem, sendo certo que, se no passado a Câmara Municipal mostrou interesse contra, considera que não é do "Interesse Público", e nós, nesta Assembleia, acharmos que é de "Interesse Público" acharei estranho."-----

Domingos Coelho: "Partindo do princípio que a linha já existe, porque há uma linha que existe, não sei se é esta, vamos licenciar aquilo que já existe? A EDP vai retirar, vai deitar a baixo a linha?"-----

Presidente da Assembleia: "A estrutura não está licenciada, portanto, a Câmara Municipal pode intentar todas as providências cautelares que entender necessárias para remover, se alguma tiver construída. Não o puderam fazer no passado porque o traçado foi chumbado nesta Assembleia Municipal. Depois foi a Tribunal que considerou o plano contra o PDM de Albufeira. Se construíram, é ilegal e se é ilegal é como tudo o resto. Esperemos que o Tribunal Administrativo seja diligente nessa via, na parte criminal, porque construíram em zona que era REN e RAN, como com qualquer outra entidade e que seja prosseguida criminalmente. Depois, do ponto de vista administrativo, a Câmara Municipal terá de jogar mão de todos os meios para fazer valer a decisão que esta Assembleia Municipal tomar e que é de não considerar de "Interesse Público" aquele traçado. O que está aqui em causa é o traçado não é a construção. Se a Câmara Municipal aprovar o licenciamento do traçado, depois hão de entrar em construção as demais infraestruturas, mas, para já, estamos a deliberar sobre o traçado que é proposto, e saber se é de "Interesse Municipal."-----

Francisco Guerreiro: "O que faz falta aqui é uma planta do traçado para nós termos uma perceção do traçado. Ainda me lembro, mais ou menos, do traçado, e, do que me recordo, tivemos algumas reuniões com a Câmara de Loulé. Estavam contra e foi chumbado por nós na altura. O traçado passava pela casa da Eugénia, ia passar por cima do campo de tiro e ia passar junto à fábrica de cimento. Isto é do que me recordo. E, neste momento, não está nada feito."-----



Presidente da Assembleia: "Vamos deliberar, em primeiro lugar, a manutenção do ponto, com esta retificação: "Deliberação e apreciação, sob proposta da Câmara Municipal, do "Interesse Público Municipal" - linha aérea de 150KV, Tunes, Estoi."-----

Francisco Oliveira: "O ponto não está esclarecido e a questão que se pretende é esclarecer que este ponto será alterado na Ordem de Trabalhos para que fique, inequivocamente, a informação de que estamos a votar a inexistência inequívoca de "Interesse Público" relativamente a esta linha. Na verdade, como vem aqui, parece que estamos a licenciar. Para que não fiquem dúvidas, penso que a retirada do ponto não seja importante, desde que fique definido que o que estamos a votar é a inexistência de "Interesse Público" e, portanto, a votar contra qualquer linha que venha a ser construída contra decisão do Tribunal e contra decisão desta Câmara Municipal, já tomada noutro executivo."-----

Presidente da Assembleia: "A Câmara Municipal deliberou não ter interesse. Nós podemos votar ter, em contradição com que a Câmara vota. Não temos que ir a reboque do que a Câmara delibera. Por isso é que digo: vamos deliberar sobre a existência ou não, utilizando a expressão da Câmara, do "Inequívoco Interesse Público" da infraestrutura - linha aérea 150KV. Aquilo que vamos deliberar é a existência ou inexistência. A primeira votação será para mantermos o ponto e alterarmos a redação do ponto. Insisto nesta questão porque já só vamos ter uma Assembleia Municipal com a tomada de posse e aquilo que menos gostaria é que eles, por uma questão técnica, viessem atacar com algum deferimento tácito. Acho que é unânime que não há interesse na aprovação deste ponto."-----

Francisco Oliveira: "Por isso é que colocava a questão, porque temos aqui apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal. E a Câmara Municipal, o executivo, propôs algo e nós votamos favoravelmente a deliberação tomada pela Câmara Municipal, ou desfavoravelmente. Estamos a votar uma proposta da Câmara Municipal."-----

Presidente da Assembleia: "Vou ler o ofício que veio da Câmara Municipal: "Solicita-se a vossa excelência a inclusão na Ordem de Trabalhos da próxima sessão da Assembleia Municipal da apreciação e deliberação, no âmbito das competências dessa Assembleia, sobre a declaração de "Inequívoco Interesse Público" para a infraestrutura proposta". É este o assunto que me é remetido e eu não posso alterar os assuntos. A proposta que estou a fazer é, com base no ofício que vem da Câmara Municipal, a nossa declaração tem de ser inequívoca em função daquilo que é a deliberação. Por isso é que dizia que o ponto iria neutro e depois diríamos que, em sede decisória, a Assembleia Municipal



deliberou inexistir “Interesse Público Municipal” da ligação. A Câmara Municipal pode remeter, em termos administrativos, a resposta que for à entidade e nós estávamos salvaguardados. Eu propunha a manutenção do ponto e depois iria propor que a redação da deliberação fosse esta: “Deliberou não existir “Interesse Público Municipal” nesta ligação. Assim, seria “Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da declaração de inequívoco “Interesse Público” para a infraestrutura proposta - licenciamento da linha aérea 150KV Tunes-Estoi.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação a alteração à redação do ponto da ordem do dia.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi reprovada por unanimidade. -----

VOTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE INEQUÍVOCO “INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL” DA INFRAESTRUTURA: -----

Votos Contra: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: zero (00) -----

Foi declarado não aprovar o interesse público por unanimidade. -----

PONTO TRINTA E CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da alteração do Plano de



Urbanização da Cidade de Albufeira. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

O Presidente da Câmara Municipal ausentou-se da sala, sendo substituído pelo Vice-Presidente.-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Relativamente a este ponto, que é um ponto de extrema importância, temos uma posição que gostaríamos de colocar à Assembleia. Trata-se de um instrumento de ordenamento do território e verificamos que este regulamento há quatro anos foi também aprovado na última Assembleia Municipal, antes das eleições, e que implicou não poder ser alterado nos três anos seguintes e está agora a ser alterado. Verificamos que, infelizmente, por várias razões e vicissitudes, não há aqui responsabilidades. A verdade é que o instrumento em causa sofreu algumas anomalias: infelizmente a situação que se deu com a CCDR, com a indicação e com a referência que tínhamos, pelo menos, dois parágrafos ou dois números num artigo que não estavam relacionados com a Lei e solicitaram que fossem retirados com a maior brevidade, e deram até indicação de que qualquer projeto aprovado com base naqueles dois artigos poderia, eventualmente, sofrer algum tipo de consequência, quer civil, quer criminal. Achamos que é um instrumento extremamente delicado. A verdade é que também no que diz respeito à Assembleia Municipal, não houve uma explicitação, não houve uma informação relativamente a estas questões. De facto, há aqui a "Discussão Pública", mas este documento foi aprovado na terça-feira passada. Tendo em consideração os vários pontos que estavam em causa, até pensei que, eventualmente, levaria mais tempo. Mas a nossa proposta seria uma de duas e gostaria de ouvir a Assembleia. Seria: ou retirar este ponto e discuti-lo posteriormente às eleições, ou, então, marcar uma sequência desta Assembleia para que pudéssemos ter aqui os técnicos e colocar as questões que, efetivamente, são importantes. Colocaria à Assembleia esta questão, não querendo aqui, de forma alguma, inviabilizar. Até porque sabemos que, não digo a totalidade, mas grande parte do trabalho, em si, está em perfeitas condições. Mas há algumas questões que gostaríamos de ver esclarecidas e colocadas. Sabemos que qualquer alteração implicará uma série de tempo até que o mesmo seja aprovado mas também colocamos essa questão: quem esperou quatro anos para esta situação, também por um mês ou dois não levantará problemas. A ideia, de facto, era verificar algumas das situações que sabemos que aqui poderão acontecer, que, em alguns casos, não se verificam neste plano nalgumas áreas.



Dir-se-á que poderão ser remediadas ou solucionadas no futuro por outros planos de ordenamento do território, mas seria para nós importante ter essa informação. Falo por mim e falo pelos Membros da minha bancada, dizendo, desde já, que não está em causa o plano em si, estão em causa alguns esclarecimentos, nomeadamente, áreas que não estão na ARU, ou que estão na ARU e não estão na zona da baixa. A ideia que dá é que o plano pode estar incompleto. Como digo, estas questões são questões que vi de forma relativamente ligeira e tive de falar com um técnico para, mais ou menos, perceber o que se passaria e seria importante esclarecer. Não querendo colocar esta questão de forma taxativa, a verdade é que, com a aprovação deste plano de ordenamento do território, neste caso, com este PUCA, vamos ter mais três anos sem podermos alterar este instrumento do território. Seria importante que pudéssemos aprovar em plena consciência."-----

Presidente da Assembleia: "Estava à procura do novo regime jurídico e, tanto quanto tenho de memória, o artigo cento e quarenta e cinco diz que estão suspensos todos os atos administrativos em que o plano tenha incidência. O que significa que nem sequer dos loteamentos podem ser aprovados quaisquer documentos. Uma das questões que também veio da CCDR dizia que, qualquer alteração inviabilizaria a posição da CCDR, o que implicaria uma total inexistência de todo o trabalho que está feito sobre esta alteração. Neste momento, a Câmara Municipal, de acordo com este novo regime jurídico, está impedida de praticar qualquer licenciamento de qualquer obra no âmbito deste plano, de toda a cidade de Albufeira. Enquanto estiver em discussão, como está, enquanto não vier à Assembleia Municipal, o plano está todo suspenso, ou seja, a cidade de Albufeira está suspensa. Quer se aprove quer não se aprove, quer seja retirado quer não seja, esta parte fica suspensa."-----

Vice-Presidente: "Esse é um ponto fundamental, até porque saíram daqui da Câmara imensas cartas a dizer precisamente aos requerentes e aos promotores dos vários projetos que deram entrada na Câmara na área de influência deste plano de urbanização que o mesmo se encontra suspenso até que seja publicado e entre em vigor. Quanto mais se retarda esta situação, mais castrador será o desenvolvimento de alguma construção. É uma questão de princípio. Se hoje não se está em condições de entender que estará completo, ou de se perceber se está incompleto ou não, daqui a oito dias, provavelmente, até pode acontecer a mesma coisa e daqui a quinze dias a mesma coisa e, depois, daqui a um mês não está ainda, enfim. Respondendo à questão de ter sido aprovada esta alteração nos últimos dias, tal e qual como foi há quatro anos atrás, há aqui uma



sobreposição de procedimento mas é só porque só ao fim de três anos é que poderia ser revisto. E leva tempo: com reuniões com a CCDR, a questão da "Discussão Pública", receção das propostas, inclusão das propostas no próprio regulamento - passa-se um ano. E só agora é que estava em condições de ter vindo à Câmara Municipal e ser, imediatamente, remetido para a Assembleia Municipal. Está cá o Diretor de Departamento desta área, onde estão inseridos os Planos de Urbanização, que poderá, do ponto de vista técnico, esclarecer alguma questão em que possa haver dúvidas. A maior parte das alterações feitas neste plano decorrem da questão de alteração dos diplomas legais que houve, e tem que se adaptar essa mesma legislação aprovada."-----

Francisco Oliveira: "Eu colocaria à votação, de facto, a continuação desta Assembleia com uma informação mais precisa. Porque não está em causa atrasar o processo, até porque a legislação já saiu há algum tempo."-----

Presidente da Assembleia: "Que tipo de esclarecimentos é que poderíamos pedir à Câmara Municipal para virmos mais documentados?"-----

Francisco Oliveira: "É nesse sentido que gostaria de esclarecer todas essas questões. Como disse, vi o documento de uma forma muito ligeira. Sei que há algumas questões que era conveniente esclarecer e era nesse sentido que gostaria que houvesse uma discussão com a Assembleia Municipal para se esclarecer as questões que estão em causa. Há questões relacionadas com a requalificação urbana. Enumeraria uma série de questões que aqui estão, mas gostaria de vir devidamente preparado para colocar essas questões. Não ponho em causa a necessidade de se fazer o mais rapidamente possível, gostaria era de as fazer de forma esclarecida."-----

Presidente da Assembleia: "Colocamos à consideração da Assembleia fazer a continuação desta sessão no próximo dia dezanove, às vinte e uma horas."-----

José Pimenta: "A CDU está de acordo. Nós temos dificuldade em relação a este ponto. Além disso, tivemos trinta e seis pontos para verificar e não temos nenhum gabinete técnico, não temos jurídico. O que podemos, além de ler, a nível da Câmara, há alguma hipótese de pedirmos apoio sobre esta matéria?"-----

Presidente da Assembleia: "Podemos oficializar à Câmara. Tínhamos de pedir entre amanhã e segunda de manhã para a Câmara ter tempo para os técnicos nos responderem até ao dia dezanove. Implica sacrifício de todos nós nesse sentido mas a Câmara Municipal presta as informações todas porque é obrigada a fazê-lo. Mas também temos de respeitar algum tempo útil para que os técnicos se possam pronunciar sobre estas questões."-----



Arquiteto Rui Silva: "As primeiras situações que se apresentaram, e que existem pela ordem que foi indicada, foram as que vinham de trás e a CCDR colocou: foram três ou quatro artigos colocados na Assembleia anterior e que a CCDR questionou (eles andaram lá mas nunca foram aplicados). Aquelas cláusulas, no meu entender, estavam bem colocadas porque tinham um período. Aquilo era uma salvaguarda e essa situação está corrigida; a outra foram erros que foram claramente apontados no projeto. Essas situações também foram resolvidas. Depois existiu outra situação em que saiu uma legislação nova que veio alterar uma série de critérios e entendimentos diferentes, que são uma tentativa para pôr o país todo com os mesmos diplomas: aquilo que se lê no Algarve deverá ser o que se lê em qualquer parte do país: vantagens que pode ter no concelho e, em termos de urgência, é não nos deixarmos ultrapassar. O "Plano Diretor" também está em curso. Se podermos limitar já a cidade de Albufeira, que no fundo é isso que está em causa, não iremos discutir, no âmbito do "Plano Diretor Municipal" regras que são da zona urbana do concelho de Albufeira. Eles vão somar todas as áreas que são urbanas e cada metro que estejamos a medir, ao nível do plano, tem um valor. Se estivermos a medir a cidade de Albufeira e a espalhar esse valor, tudo isso se vai traduzir em densidades. E essas mesmas densidades, ao serem dissipadas no concelho, para o concelho todo, vão dar números completamente diferentes e vai ser muito mais difícil defender. A partir do momento em que tenhamos a cidade concluída, assumida e assente, o "Plano Diretor" já não vai definir. Vamos ter coisas muito mais importantes para definir no "Plano Diretor" que, a meu ver, são importantes. É mais importante definir estratégias para o concelho. É necessário que os "Planos Diretores", hoje, comecem a ter não proibições mas sim opções que devem ser definidas. A partir do momento em que delimito a zona urbana, discuto isso aqui. Este plano tem essa vantagem. Aquilo que se fez, neste momento, foi uma alteração ao plano e não a revisão do plano, intencionalmente. Para que, depois de termos determinado as regras, estejamos à vontade para ir para o plano e fazê-lo e, depois, já não nos podem impor toda uma série de coisas que nós já garantimos: já não vou discutir se o limite da zona urbana é ali ou não. Com a lei atual dos solos, temos de definir as classes. Deixou de haver aquelas turísticas, ou é solo urbano ou é solo rústico. Se me disserem que no solo rústico não dá para fazer nada, dá. O solo rústico tem uma série de regras, mas são exceções. Isto é uma mudança muito grande para aquilo que nós estávamos habituados. Eu só vou poder mexer na zona urbana quando eu tiver um investidor que garanta que é possível e que aquele investimento vai ser executado. Se nós já temos o limite definido, a opção que há



aqui é: este já cá está, este já é o limite que já está definido. Quando viermos discutir os limites do que fica fora e do que fica dentro, o critério que tem a Lei dos Solos é muito simples: está ocupado ou não está ocupado. Se não está ocupado não é zona urbana. Tudo o que são zonas que nós atualmente temos, zonas de expansão, zonas prioritárias, zonas secundárias, todos esses critérios para o futuro, a Lei dos Solos acabou com isso tudo. Ou está ou não está! E nós, técnicos, ficamos um bocado desarmados. Não deixem atrasar. Este nós já temos e temos a certeza que quem vai definir as regras para este que nós já temos vamos ser nós. Houve várias audições públicas, uma espécie de orçamentos participativos, tentámos juntar os empresários, pessoas de vários lados, de modo a que eles próprios dessem ideias do que queriam para o concelho. O objetivo foi mesmo esse, e em parte foi conseguido. Os resultados estão no estudo estratégico que está a ser preparado para toda a gente ver. Vê-se muita gente a ter ideias, a dizer o que é que quer, a ideia é essa: que as pessoas recebam o plano daquilo que elas querem.”-
Presidente da Assembleia: “A questão que acho que é importante aqui esclarecer, é saber da urgência desta deliberação por parte da Assembleia Municipal bem como em que modo é que a suspensão das decisões administrativas sobre construção estão ou não implícitas, neste momento, sobre este novo regime jurídico.”-----

Arquiteto Rui Silva: “Neste momento, desde que o plano entrou na fase de discussão pública, estão suspensos todos os atos do plano. Estamos a falar da cidade que, basicamente, está suspensa. Se não se decidir já todas aquelas situações, as pessoas não podem praticar atos, as coisas ficam paradas. Andamos durante um período em que as coisas pararam. De um momento para o outro as coisas começaram a mexer mais um bocadinho e nesta altura em que as pessoas começaram a mexer mais um bocadinho, nós vamos dizer que agora ficam todos parados? Não faz sentido. Fico sem cara para dizer às pessoas que isto está parado. As questões, em termos de plano, foram mais legislativas do que outra coisa, e vão ter de fazer a revisão, não tenho dúvidas nenhuma.”-----

Francisco Oliveira: “A minha questão era esta: primeiro, é se a legislação que o senhor arquiteto fala, e muito bem, relativamente ao novo ordenamento, foi uma legislação aprovada há já algum tempo.”-----

Arquiteto Rui Silva: “Foi há coisa de um mês, mais ou menos, em que tínhamos o limite para por a funcionar.”-----

Francisco Oliveira: “Foi feita a discussão pública, relativamente a este processo, e a questão que se coloca é: o senhor arquiteto falou que se trata de uma alteração, mas



essa alteração implica necessariamente também o prazo dos três anos? Ou seja, corrija-me, posso estar errado, quando falou em revisão e alteração, existe alguma diferença no que diz respeito ao prazo segundo o qual pode ser revisto se fizermos a aprovação de imediato?"-----

Arquiteto Rui Silva: "O prazo para fazer a revisão, com este novo critério, com uma coisa que está numa Proposta de Lei, que não é lei, é que para a situação das alterações deixa de haver o tal limite que existia. A situação da revisão obriga a cumprir esse tempo, o prazo dos três anos. As alterações podem ser de erro material. Por exemplo, há um erro que não se viu. Vou fazer aquela alteração ao plano e, a seguir, deteto outro erro. Não faz sentido estar três anos à espera para corrigir aquele erro. Só a revisão é que a Lei obriga a que seja de três em três anos, que é para haver uma segurança jurídica nas opções, senão as pessoas investiam mas depois de dois meses mudava. Não fazia sentido. Por isso é que existe essa segurança para a revisão. A grande diferença é que, na alteração, altero coisas que não estão bem ou que têm de decorrer de situações... Por exemplo, o que fizemos agora, que olhámos para a planta e parece que mudou tudo, não foi? A regra, em si, a definição das tramas, o feitio é para ser igual. Quando eu estiver a ler uma carta de ordenamento de Albufeira, é igual à carta de ordenamento de outro lado, e antigamente não. Um punha quadrinhos, o outro punha bolinhas, era tudo diferente, e agora é igual. Isto é uma alteração que permite que eu saiba ler com a mesma linguagem que o meu vizinho também lê. Quando é a revisão digo: nesta zona eu queria ter uma determinada linha, queria seguir um determinado princípio, é aqui que quero atrair mais pessoas para este lado, e atrair mais comércio para aqui. É na revisão que vou mudar as opções."-----

Francisco Oliveira: "Aí temos o prazo dos três anos, não vamos alterar a política, temos o prazo dos três anos. Aqui, diz o senhor arquiteto que não temos esse prazo dos três anos."-----

Arquiteto Rui Silva: "Não faz sentido segundo aqueles exemplos que dei: fiz uma alteração de pormenor e agora, ao fim de um ano, descobri que está mal e não posso corrigir."-----

Francisco Oliveira: "Mas quando refere que há suspensão é de todos os processos ou da aprovação de eventuais processos até que haja deliberação desta alteração?"-----

Presidente da Assembleia: "Se amanhã de manhã a Câmara Municipal tiver uma sessão de Câmara para deliberar sobre um processo de obras, pode fazê-lo ou está suspenso?"-----



Enquanto este assunto, que nós temos aqui, não for aprovado ou chumbado está suspenso?"-----

Arquiteto Rui Silva: "Exatamente. Tem a ver com o procedimento em si. Quando é lançada a "Discussão Pública" para as pessoas, enquanto o processo estiver a ser feito não há suspensão. A partir do momento em que ele sai para o exterior e é colocado às pessoas como "Discussão Pública", suspende, ou seja, as regras que eu tinha deixam de existir, deixei de ter aquelas e posso passar a ter as outras. Para que não haja mudança de regras a meio do jogo, aquilo é suspenso. Agora só volta a poder atuar quando o jogo tiver acabado e com as novas regras."-----

Vice-presidente: "Há outra coisa que é importante referir, que é a questão da "Discussão Pública". Ela decorreu de uma forma não passiva, ou seja, os serviços da Câmara não ficaram à espera que as pessoas sugerissem alterações ou modificações, ou outras opiniões, quaisquer que elas fossem. Fomos à procura, fazendo reuniões, promovendo reuniões com os técnicos, em vários sítios, não só no edifício da Câmara Municipal, até num espaço físico completamente diferente: nas juntas de freguesia, penso eu, por exemplo, na Escola Secundária, nos bombeiros. Independentemente de haver não sei quantas pessoas que participaram nessas várias reuniões de discussão pública, foi uma discussão muito próxima das pessoas. Aí dá para antever que houve realmente uma possibilidade de participação nesta alteração do plano."-----

Francisco Oliveira: "Eu não ponho em causa essa questão, ponho em causa é o conhecimento que nós, Membros da Assembleia Municipal, tenhamos relativamente a esta questão deste processo. Se tivermos tempo hoje, ou talvez na próxima vez, vou ler uma moção a que já fiz referência. Uma das questões que nós referimos muito aqui, na Assembleia Municipal, é a dificuldade que às vezes temos, em termos técnicos, de resolvermos determinadas questões ou de ouvirmos opiniões tão profundas quanto esta. O senhor arquiteto em dez minutos explicou-nos uma série de questões que seriam importantes e que poderiam ser colocadas. Nós não temos, como falou há pouco o senhor Pimenta, um gabinete técnico de apoio. Podemos recorrer, eventualmente, à Câmara Municipal mas com quarenta e oito horas ou menos para colocar estas questões... Não querendo levantar a questão, como referiu há pouco, de estar a atrasar isto, até porque os munícipes vão sentir essa questão, eu ficaria de consciência tranquila se pudéssemos fazer esta reunião para falarmos com o senhor arquiteto, para pormos as questões que são importantes e deliberarmos na próxima sessão. Deliberar desta maneira, não



conhecendo muito bem as alterações, a forma como foram feitas, e os Membros da Assembleia Municipal estarem nesta circunstância, é o que me preocupa.”-----

Presidente da Assembleia: “Recorro já a uma questão: como ultrapassámos a meia-noite, diz-nos o nosso Regimento que terá que se continuar no dia seguinte. Não há necessidade de estarmos a discutir isto. Passamos já à discussão da suspensão ou continuação dos trabalhos. Se os trabalhos forem suspensos, continuam no dia dezanove, às vinte e uma horas. Ficam todos desde já convocados e está despachado.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação a suspensão dos trabalhos e continuação no próximo dia dezanove.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstencões: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Secretário da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Antes de encerrar a sessão foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das vinte e quatro horas e trinta minutos, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 14 de Setembro de 2017 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____